

## A difícil cartografia do “doméstico”: gênero e empreendedorismo no ramo de pensionatos em Vitória da Conquista<sup>1</sup>

*Iracema Oliveira Lima<sup>2</sup>*  
*João Reis Novaes<sup>3</sup>*  
*Alex dos Santos Guimarães<sup>4</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho examina as atividades empreendedoras desenvolvidas por mulheres no ramo de pensionato em Vitória da Conquista, problematizadas à luz da categoria gênero, sob o viés da crítica feminista da linha anglo-americana. Propõe identificar motivações e fatores exógenos que favoreceram o empreendedorismo no ramo de pensionato, para examinar o binarismo público/privado, com vistas a perceber o papel que é destinado às mulheres pelo discurso patriarcal e opressor da sociedade ocidental, identificando, com base na pesquisa realizada em campo, como as mulheres empreendedoras no ramo de pensionato, da cidade de Vitória da Conquista, conseguem negociar com o *script* social que lhes é imposto historicamente.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Gênero. Público e privado.

<sup>1</sup> Este artigo é resultante de uma pesquisa realizada com a participação de Daniela Lessa e Joseane Gomes (graduandas em História e Administração de Empresas da UESB e Paula Pio Flores, pós-graduanda em Inovação do Conhecimento/UESB). Esta pesquisa é parte integrante do Programa Jovens Empreendedores, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa na Bahia (FAPESB), em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>2</sup> Professora da UESB; Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: iracema965@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jrnoaes@bol.com.br

<sup>4</sup> Professor Substituto da UNEB; Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). E-mail: lexhisto@yahoo.com.br

**Resumen:** Este trabajo examina las actividades empresariales realizadas por mujeres en el campo de las pensiones en Vitória da Conquista, problematizadas de la categoría de género, bajo la crítica feminista polarización de la línea angloamericana. Proponemos identificar las motivaciones y factores exógenos que favoreció el espíritu empresarial en el ámbito de las pensiones, para examinar el binarismo público/privado para comprender el papel que está dirigido a las mujeres por el discurso patriarcal y opresor de la sociedad occidental, identificar la de encuesta de campo como mujeres empresarias en el negocio de pensiones la ciudad mencionada puede negociar con *secuencias de comandos* del impuesto social les históricamente.

**Palabras clave:** Empresarial. Género. Público y Privado

## Introdução

O percurso analítico do presente estudo opera por meio de dois traços distintos, a saber: a temática do empreendedorismo e o gênero enquanto categoria de análise. No momento em que encetamos a possibilidade de pôr em diálogo o empreendedorismo e o gênero, um objeto pareceu-nos instigante para a realização dos nossos estudos: os pensionatos. Não se trata, todavia, de uma eleição teórico-conceitual *a priori* do objeto; trata-se, em outra direção, de uma provocação que põe a nu os problemas suscitados pelas dobras questionadoras desse campo investigativo, onde os pensionatos apresentaram-se enquanto possibilidades de ilustração dessa batalha conceitual. Os desafios que enfeixam esse novo campo de pesquisa, por vezes, parecem, no entanto, desviar-se de um estudo mais detido na complexa conceitualização da categoria gênero. É comum, na literatura disponível sobre tal relação, encontrarmos posicionamentos que afirmam haver atividades empreendedoras tipicamente “femininas” e “masculinas”.<sup>5</sup> Tal divisão, por sua vez, parece aceitar uma tradição discursiva que estabelece divisões

<sup>5</sup> O termo “feminino” e/ou “masculino” será usado por nós para caracterizar a maneira pela qual os enunciados da medicina, da psicologia, da religião da família e do Estado – enfim, as formações discursivas de um determinado tempo histórico –, produziram a ideia de uma “condição” do “feminino” e/ou do “masculino” (noções que sugerem uma ideia de identidade e univocidade). Desta maneira, deixamos claro que não há uma natureza do “feminino” e/ou do “masculino”, uma condição a-histórica ou pré-discursiva. Pelo contrário, entendemos que a invenção de determinadas características para a “mulher” ou pra o “homem” são situadas historicamente e, por conta disso, dignas de serem historicizadas e modificadas.

sexuais de trabalho, sem, no entanto, considerar o gênero a partir de um constructo histórico e cultural, logo, passível de modificação. Partindo desse “ponto zero”, procuramos traçar meridianos que permitissem recuperar os eixos fundamentais para a constituição do nosso panorama cartográfico. Assim, tendo em vista que o município de Vitória da Conquista possui uma população em torno de 310 mil habitantes, uma área de 3.743 km<sup>2</sup> e considerando o tempo disposto para realização deste artigo, seria inexequível, para o grupo de pesquisadores, abordar em sua completude todos os pensionatos existentes na cidade. Assim, partindo da averiguação de que muitos estudantes buscam, como forma de economizar tempo e dinheiro, pensionatos próximos às suas instituições de ensino, para seu conforto, segurança e praticidade, foram delimitados cartograficamente as seguintes localidades para a efetivação da pesquisa: Candeias, BNH, URBIS I, Morada do Bem-Querer, INOCOOP I e II, Vila EMURC e Recreio, bairros onde se concentram cinco das seis Instituições de Ensino Superior do município.

As informações problematizadas, pelo presente trabalho, foram coletadas a partir da aplicação de um questionário que continha tanto perguntas subjetivas, quanto objetivas. Procuramos criar, no momento da efetivação da entrevista, uma atmosfera na qual os entrevistados se sentissem “livres” para sistematizar e expor o seu pensamento a respeito das problemáticas levantadas pelos pesquisadores. Nesse sentido, houve o cuidado de realizar uma prévia exposição a respeito da importância da pesquisa para a compreensão das relações de gênero presentes nas atividades empreendedoras em Vitória da Conquista, em especial aquelas relacionadas ao ramo de pensionato. As informações prestadas pelos entrevistados foram problematizadas a partir de uma fina poética cultural que versa sobre a crítica feminista anglo-americana e a respeito das diversas nuances do empreendedorismo. Tal procedimento possibilitou a construção de uma leitura da gestão, da organização e das relações de gênero que permeiam o imaginário dos indivíduos que estão envolvidos nas atividades de pensionatos da cidade ora em apreço.

A metodologia utilizada acompanhou, ainda, uma proposta de análise conhecida como método indiciário. O núcleo desse paradigma está

alicerçado no princípio de que a realidade, pelo menos em certos aspectos, se apresenta opaca, mas existem certos pontos privilegiados – os indícios – que tornam possível decifrá-la. O “paradigma indiciário” é, na verdade, uma proposta de método investigativo centrado nos pormenores, nos resíduos, nos rastros mais tímidos, considerados reveladores.

Assim, a redução de escala e sua consequente relação com o macro – diante dessa “era da dúvida e tempo da suspeita” –, apontam para a direção de uma proposta metodológica calcada num esforço interpretativo de um tempo vivido e representado, entre a ordem e a burla de um comportamento alicerçado em papéis sociais e de gênero. Pesavento (2004, p. 188) esclarece:

Há traços visíveis, explícitos, mesmo quantificáveis, mas há outros que não se dão a revelar senão pelo esforço do imaginar e que dão conta do universo mental dos homens [e mulheres] de um outro tempo, imperceptíveis à vista, quase invisíveis ou subterrâneos, renitentes a serem mensurados. É nesta busca de sentidos, de lógicas ou da descoberta das irracionalidades da vida que a micro-história [juntamente com o método indiciário] pode se revelar eficaz: revelar as coisas não ditas, mas intuídas, preencher lacunas e ausências, divisar indícios e traços onde um olhar desavisado nada identificaria.

A variação da escala é um procedimento experimental que pode ser utilizado para a análise de um problema cultural de qualquer dimensão. A consideração da pequena escala, portanto, permite colher o funcionamento dos mecanismos culturais em que, em um nível macro, deixam coisas demais por explicar, sugerindo, então, certa homogeneidade estática de um tempo que, por sua vez, teria a pretensão de captar o “rosto de uma época”. Os macro-modelos, portanto, postulam a ideia de um mundo integrado e normatizado, que influi decisivamente em todas as micro-decisões “e no qual as discrepâncias, a multiplicidade das realidades individuais, eram deixadas de lado por não possuir valor explicativo e possibilidade de generalização” (ESPADA LIMA, 2006, p. 260). Destarte, ao lançarmos mãos do

método indiciário para a interpretação do empreendedorismo realizado por mulheres no ramo de pensionatos em Vitória da Conquista, estamos fazendo um exercício de raciocínio que, ao diminuir a escala de análise (pensionatos situados próximos às Instituições de Ensino), possibilita um exame mais apurado dos indícios discursivos e práticos dispostos pelos entrevistados.

## **Interpretando o gênero**

Os deslindamentos teóricos e metodológicos sobre a categoria gênero tornam-se necessários em razão da pouca atenção dada por parte de um número significativo de trabalhos que buscam relacionar empreendedorismo e gênero. Ademais, se é possível evidenciar que muitos dos estudos na área de empreendedorismo sugerem em seu *corpus* de análise a categoria gênero, parece razoável assinalar que eles carecem ainda de um estudo mais aprofundado do gênero como constructo sociocultural daquilo que se convencionou chamar de “feminino” e “masculino”. Nesse sentido, é possível ponderar que tais estudos fazem uso da categoria gênero de maneira indiscriminada, sugerindo uma negligência ou até mesmo desconhecimento das diferenças que marcam algumas categorias como “mulher”, “mulheres”, “sexo” e “gênero”. Essas categorias, no entanto, nascem e se desenvolvem no seio do movimento feminista mundial. Por conta disso, o trabalho se insere em uma perspectiva muito mais provocadora do que propriamente conclusiva.

As transformações ocorridas no movimento feminista priorizam reivindicações de acordo com o tempo contextual vivido. Pedro (2005) interpreta o percurso dessas reivindicações à luz de duas “ondas” do movimento. A primeira, que se desenvolveu no final do século XIX, marcava a reclamação pelos direitos políticos e do trabalho remunerado; já a segunda, que surgiu no final da Segunda Guerra Mundial,<sup>6</sup> priorizava o direito sobre o corpo, entendido pelo

---

<sup>6</sup> Simone de Beauvoir, ao publicar *O Segundo Sexo* em 1949, abre o campo do debate e propõe questões que serão retomadas nos anos 60, quando se dá a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, contexto em que o feminismo ressurgiu com toda força.

exercício do poder “masculino” na subordinação do “feminino”, em torno das atividades domésticas.<sup>7</sup>

No início da “segunda onda”, a categoria gênero ainda estava ausente. Neste princípio, a categoria utilizada era “mulher”. Esta, por sua vez, surgiu em contraposição à categoria “homem”, de tendência universalizante e essencialista. Nessa perspectiva, o movimento feminista altercava a categoria universal “homem” pela impossibilidade de incluir questões específicas das mulheres. Assim, era em nome da “diferença” identitária que se reafirmava “mulher”, distinta de “homem”. O conceito mais importante com o qual se trabalhava na segunda onda do feminismo era o de “patriarcado”. Este conceito diz respeito a um fenômeno sócio-histórico mais geral de dominação “feminina”, orquestrado por homens e mulheres. Segundo Piscitelli (2005, p. 48),

O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou sérios problemas no que se refere à apreensão da historicidade da condição feminina. O conceito foi importante à medida que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo, e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, se o patriarcado teve um início poderia ter um fim. O pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres – a organização social contemporânea atualizaria a ordem existente nas sociedades arcaicas, na qual a dominação era exercida por homens. O problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscurecia a compreensão

---

<sup>7</sup> As feministas afirmavam que as relações que se estabeleciam no interior do lar correspondiam ao exercício do poder. Assim, deveriam ser levadas e legisladas no espaço público, como, por exemplo, a contracepção, o aborto e a violência doméstica. Segundo a visão das feministas radicais, o exercício do poder masculino na subordinação da mulher calcava-se na condição desta como ser reprodutor. Por ser incumbida da tarefa de perpetuar a espécie, a mulher se viu dependente do homem e responsável pelo cuidado com a vida no âmbito doméstico. Frente a isso, as chamadas feministas radicais vão propor a suspensão da procriação como alternativa libertadora da mulher, advogando ao mesmo tempo por métodos artificiais de reprodução. Já a noção do “privado é político”, uma das palavras de ordem da segunda onda do feminismo, advém do diálogo de uma das vertentes do feminismo marxista com o marxismo clássico e sua noção de “poder” atrelado à esfera pública. Ao afirmarem que as relações íntimas estão civadas de poder, as feministas forçaram a expansão da compreensão da noção de “poder”, deslocando-o do eixo meramente público, para abarcar as relações mais íntimas entre homens e mulheres.

das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação.<sup>8</sup>

As feministas de tendência “separatista” acreditavam que a diferença sexual, no caso, o “feminino”, era responsável por abarcar uma identidade comum e homogênea a todas, submetidas à dominação do sexo “masculino”. Desta forma, afirmavam uma ontologia da mulher, desconsiderando diferenças próprias das mais diversas mulheres, como sujeitos históricos e variáveis. “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença”, que a categoria “mulher” não conseguia dar conta (PEDRO, 2005, p. 82).

Em *História das Mulheres*, Scott (1992) procurou examinar as modificações históricas do movimento feminista, concomitante com as novas discussões epistemológicas que delas variavam. Assim, a autora dividiu a sua análise em três partes, ou períodos: (1) “Profissionalismo” versus “Política”, da década de 1960, período em que uma visão homogênea do movimento feminista favoreceu o discurso de uma “identidade coletiva”: “mulher”; (2) “História” versus “Ideologia”, do final da década de 1960 e início de 1970, em que tensões se instauraram no seio da disciplina História por meio de questionamentos sobre a categoria universal “mulher”, inaugurando a “diferença” como conceito a ser esquadrihado: “mulheres”; e, por fim, (3) “Política” versus “Teoria”, a partir de meados da década de 1970, a categoria “gênero” passou a ser utilizada como conceito teórico da diferença e, ao mesmo tempo, relacional entre os sexos.

Scott (1990, p. 14), em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* reitera a diferença entre sexo e gênero, articulando-o com a noção de poder. A autora informa que “O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

<sup>8</sup> Uma discussão mais sistemática sobre o patriarcado pode ser encontrada em *Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência*, de Heleieth Saffioti (2005).

Em outro artigo, “Prefácio a gender and politics of history”, Scott (1994, p. 12) avalia que o diálogo com outras disciplinas favorece sobremaneira a reflexão em torno do gênero. Destaca, ainda, que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”. Com base em Foucault, a autora compreende o saber à luz das produções culturais por meio das relações humanas, “no caso, relações entre homens e mulheres” (p. 12). Entretanto, salienta que não se trata de uma naturalização física e fixa entre homens e mulheres, uma vez que, pelo contrário, “esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida” (p. 13).

O que a autora está propondo, na verdade, é identificar as mutações do que significava ser homem ou mulher no passado, uma vez que, por meio da categoria “gênero”, pode-se (re)dimensionar o passado e, ao mesmo tempo, combater o determinismo biológico dos sexos. As abordagens históricas da categoria gênero que acompanharam o final da década de 80 e toda a década de 90, do século XX, contribuíram significativamente para examinar mitos e repensar estereótipos.

Num leque de várias correntes de interpretações, procurou-se recuperar a atuação das mulheres no processo histórico como *sujeitos ativos*, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar foram questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando os testemunhos femininos (MATOS, 1998, p. 68, grifo nosso).

Como conceito, o gênero tem sido defendido por pesquisadores como uma categoria “neutra” de análise, uma vez que “o gênero concerne tanto aos homens quanto às mulheres, não obstante o grosso das análises que utilizam tal categoria estarem referindo-se às mulheres” (MORAES, 1998, p. 101). Assim, a categoria gênero pode ser depreendida enquanto semelhante e relacional às categorias de classe, etnia ou geração (MORAES, 1998, p. 100; MATOS, 1998, p. 69-70; PEDRO, 2005, p. 77; RAGO, 1998, p. 89). Pensando dessa forma, no sentido de desnaturalizar

as representações contidas no imaginário social e a construção das diferenças sexuais, o gênero leva a superar uma lógica binária para lançar luz em uma nova possibilidade de análise alicerçada em práticas e representações “masculinas” e “femininas” (RAGO, 1998, p. 92-93).

### **Interpretando o empreendedorismo**

Ao relacionar empreendedorismo e gênero, em um momento marcado pela significativa presença de mulheres na liderança de importantes atividades empreendedoras, advindas especialmente das conquistas do movimento feminista, torna-se pertinente revisitar algumas conceituações do termo empreendedorismo. O crescente interesse por este campo de estudo tem se dado, especialmente, em virtude de o empreendedorismo ser considerado como a força motriz do desenvolvimento econômico de um país (CANTILLON, 1680-1734; SAY, 1767-1832; SCHUMPETER, 1883-1950 apud GOMES, 2006), para a solução de crises econômicas e sociais, como as que geram desemprego e subemprego, e para a geração de novas possibilidades de inserção e reinserção produtiva, uma vez que ele se ocupa de rearranjar os meios produtivos existentes, com a finalidade de promover inovações para o mercado.

Conforme Say (apud DRUCKER, 1987, p. 27), “o empreendedor transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Schumpeter (1959), por sua vez, define o empreendedor como o agente responsável por realizar, a partir dos recursos produtivos disponíveis, as novas combinações necessárias para a geração de inovações e, se necessário for, o responsável por “educar” os consumidores para que passem a desejar os novos produtos ou para que troquem os produtos consumidos pelos recém-inseridos no mercado sob forma de inovação. Schumpeter propõe com isso o que batizou de “destruição criadora”, que seria a substituição de antigos hábitos de consumo pelo interesse em novos produtos.

Para Filion (1999), um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões, além de ser uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos, mantendo um nível de consciência sobre o ambiente em que vive, utilizando-o para detectar oportunidades de negócios. Já Baron e Shane (2007) têm o empreendedor como o agente que, após identificar uma oportunidade de criação de algo “novo”, seja esse “novo” um novo produto seja serviço, um novo mercado, um novo processo de produção ou novas formas de organizar as tecnologias existentes, decide ir em frente e reunir os recursos necessários para lançar seu empreendimento.

Baseado nos estudos de Kirzner e Schumpeter, Baron e Shane (2007) expõem duas explicações para existência de oportunidades empreendedoras: Kirzner atribui as oportunidades de negócios às diferentes informações que as pessoas detêm e como elas se mobilizam para maximizar os resultados obtidos a partir dessas informações; enquanto, para Schumpeter, as oportunidades são derivadas de mudanças externas que tornam possível a invenção de coisas novas e de novas maneiras de se fazer algo de forma mais valiosa.

Essas oportunidades empreendedoras, seguindo o viés das pesquisas de Schumpeter (1959), surgem da convergência de fatores que resultam em mudanças na tecnologia, nas condições políticas, sociais e demográficas e que acabam por alterar o contexto econômico até então vigente.

No Brasil, segundo o Relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2012), cuja metodologia aplicada considera fatores distintivos como a motivação para empreender (necessidade x oportunidade), a faixa etária e o gênero dos empreendedores, o tempo de atividade dos empreendedores (iniciais x estabelecidos), entre outros, a atividade empreendedora vem se consolidando cada vez mais, já que o atual contexto do país reúne condições geradoras de oportunidades de empreendimentos, além de agentes capazes de reconhecer essas oportunidades e mobilizar recursos para empreendê-las.

Conforme o Relatório *GEM* (2012), 15% da população economicamente ativa do Brasil, seja motivada por necessidade, seja

por oportunidade, está empreendendo numa escala crescente. Pesquisas desenvolvidas no ano de 2008 evidenciavam que esse percentual foi igual a 13%. Ainda segundo o mesmo Relatório, o empreendedorismo no Brasil, no ano de 2009, foi caracterizado por um alto percentual de mulheres empreendendo por oportunidade. Em verdade, ao longo de dez anos, como destaca o *GEM*, o cenário de empreendedorismo do Brasil tem sido marcado por uma expressiva participação de mulheres. Os dados de 2012, quais sejam os percentuais de 50,4% de mulheres empreendedoras e 49,6% de homens empreendedores, posicionaram o Brasil entre os três primeiros países nos quais o índice de empreendedorismo é maior entre mulheres, fazendo com que “a mulher brasileira” passe a ser considerada uma das mais empreendedoras do mundo.

As principais atividades dos empreendedores estabelecidos, homens e mulheres, não diferem de maneira substancial. Não obstante, conforme os dados de 2012 do *GEM*, algumas atividades discursivamente construídas sob os auspícios de uma pretensa divisão sexual do trabalho parecem acusar certo preconceito de gênero, vejamos:

No caso dos empreendedores iniciais do gênero masculino, as atividades mais relevantes são as seguintes: “restaurantes, outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e serviços ambulantes de alimentação” (11,7%); “serviços para construção e obras de acabamento” (8,1%); e “manutenção e reparação de veículos automotores” (4,3%). No gênero feminino, são relativamente mais importantes as atividades de “cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza” (12,7%); “comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal” (10,9%); “comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios” (10,3%); “restaurantes, outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e serviços ambulantes de alimentação” (11,2%); e “serviços domésticos” (7,2%) (*GEM*, 2012, p. 73).

As atividades sugeridas pelo excerto acima apontam para uma divisão sexual de trabalho regida sob alguns auspícios. Embora as atividades desempenhadas por homens e mulheres sejam muito próximas

– aparentemente –, uma leitura mais demorada e indiciosa pode deslocar, performaticamente, o olhar do pesquisador para as artimanhas de um discurso fincado em uma perspectiva masculinizante, qual seja, relacionar as mulheres a algumas atividades de caráter doméstico e higiênico, hierarquicamente inferior àqueles mesmas desenvolvidas por homens. Nesta direção, quando atividades empreendedoras desenvolvidas por homens passam a ocupar espaços antes atribuídos apenas às mulheres, o ângulo de observação desloca-se com um novo ritmo, a acompanhar outro movimento de hierarquização, contribuindo para reformatizar outro lugar, agora sofisticado, como o exemplo sublinhado nas atividades dos restaurantes, em que desaparece a cozinheira (menor) para dar lugar a um outro agente empreendedor, masculino, rasurado sob uma nova roupagem de sofisticação: o *cheff* (maior).

Muitos fatores ainda atuam como restritivos do desempenho de mulheres e aponta as responsabilidades com a família, a execução das tarefas domésticas, a maternidade e a exigência de cuidados com os filhos, como alguns desses fatores. Essa discussão também é reforçada pelo trabalho de Chell e Baines (2000), em pesquisa realizada no Reino Unido, que concluem que empreendimentos conduzidos por mulheres possuem desempenhos inferiores, que podem ser atribuídos às obrigações familiares de responsabilidade da “mulher”. Notem que a assertiva dos autores denuncia um claro preconceito de gênero, quando informam que o baixo desempenho dessas mulheres deve-se ao fato de que elas estão “naturalmente” presas “às obrigações familiares de responsabilidade da mulher”. Ao desconsiderar a historicidade do que significa ser “mulher” em um determinado contexto espaço-temporal, os autores, ainda, fazem uso do termo “mulher” como que a demarcar uma certa universalização homogênea que desconsidera a diferença. Dizer, ainda, que existem obrigações destinadas aos sexos, apenas contribui para reforçar a ideia de uma “natureza feminina”.

É justamente por conta disso que se pode sugerir como o empreendedorismo, levado a cabo por mulheres conquistenses, no ramo de pensionato, foi motivado por uma oportunidade – sem negligenciar

a necessidade – advinda do fato de Vitória da Conquista se constituir como um polo regional de educação do Estado da Bahia.

### **A educação e o surgimento de novas oportunidades de negócio**

Os pensionatos analisados iniciaram as suas atividades a partir de 1981, momento em que a Bahia vivenciava os primeiros resultados de projetos governamentais, efetivados, sobretudo, na transição dos anos de 1960/1970. Nessas duas décadas, o Governo baiano, a exemplo da política nacional implementada especialmente a partir da configuração/efetivação do Golpe civil-militar em 1964, envidou esforços para situar a Bahia entre os estados brasileiros que reuniam condições para emplacar o projeto de desenvolvimento econômico. Para tal, ampliou sua atuação, até aquele momento predominantemente localizado na região metropolitana de Salvador, para o interior. Entre as ações estabelecidas no seu projeto de interiorização estavam: a construção de Distritos Industriais no entorno dos municípios que possuísem alguma infraestrutura física; a isenção e renúncia fiscal; e concessão de créditos e dotação de infraestrutura básica nas principais microrregiões do interior com a perspectiva de instituir o equilíbrio entre os bens de consumo e de capital econômico.

Segundo Lima (2008), a organização de instituições de ensino superior também compunha esse projeto, pois funcionava como importante instrumento de desenvolvimento socioeconômico de uma região. Vitória da Conquista, a exemplo de outros municípios baianos, tais como Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié, dentre outros; refletiu a dinâmica desse processo. Assim, em 1971 foi fundada a Faculdade de Formação de Professores, que posteriormente viria a ser parte constitutiva da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Vinte anos mais tarde, em 1991, num cenário que a educação superior adquire também o papel de expansão e consolidação do capital, conforme prescrito no viés de uma economia capitalista, foram estabelecidas as instituições de ensino superior de natureza administrativa privada a exemplo do Instituto Juvêncio Terra; em 1999, Faculdade de

Tecnologia e Ciências (FTC); em 2001, a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR); e posteriormente em 2006 em resposta à pressão pela ampliação das vagas públicas e gratuitas na educação superior, apresentada pelas diversas composições da sociedade civil, foram instalados o *campus* Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, por fim, em 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

O estabelecimento dessas instituições propiciou um ambiente profícuo para o surgimento de novas oportunidades de negócio, como foi o caso dos pensionatos, o que pode ser constatado quando observado que 12,5% foram fundados na década de 1980; 37,5%, na década de 1990; e 50%, no primeiro decênio do século XXI. Isso evidencia que, como assevera Lopes (2003), a educação superior tem-se revelado de suma importância nas economias locais, especialmente nas regiões e municípios menos desenvolvidos, em função do volume de recursos financeiros movimentados, gerando efeitos positivos sobre a estrutura produtiva local.

Nessa conjuntura histórica, no recorte espacial privilegiado pelo presente estudo – o setor de pensionatos –, constatou-se que, dos empreendimentos pesquisados, 87,5% foram idealizados e são operacionalizados e gerenciados por mulheres, enquanto que somente em 12,5% desses empreendimentos foi percebido que a idealização, a operacionalização e a gerência ocorrem em forma de parceria entre os cônjuges. Embora seja flagrante a atuação de mulheres neste ramo de pensionatos, um percentual significativo indicia os “rastos” e “restos” de um tempo pretérito a marcar os papéis sociais a serem desempenhados pelos gêneros “masculino” e “feminino”. A partir dessas considerações, foi percebido que 12,5% dos empreendimentos acompanham a lógica dos locais sociais destinados historicamente aos sexos masculino (público) e feminino (privado), haja vista que, nesse caso, é reservado à mulher cuidar das atividades circunscritas aos afazeres domésticos – limpar, lavar, passar, cozinhar, enfim, rezar pela “ordem do lar” (o pensionato) –, enquanto que ao homem cabe o papel de administração, ou seja, desenvolver as

atividades que fogem da “cartografia do doméstico”, numa clara alusão às relações de poder explicitadas por meio do gênero.

Dentro de uma perspectiva histórica, é possível assinalar que, a partir dos Setecentos, as mulheres passaram a serem confinadas no mundo interior da família, uma vez que a crescente burguesia masculina deveria preocupar-se exclusivamente com assuntos tidos como públicos: “Os homens de classe média estavam motivados e comprometidos com o acúmulo de capital e isto lhes exigia unidade de propósitos e dedicação integral” (MOREIRA, 2003, p. 30). Ademais, alguns princípios filosóficos limitavam a circulação das mulheres na arena pública, estabelecendo um discurso que determinava a “natureza feminina” sob o viés do “eterno feminino”. Este, por sua vez, possuía a nítida função de estereotipar a mulher sob a perspectiva da adoção dos códigos da cultura androcêntrica, como “anjo do lar”, ao passo que, quando aquelas burlassem tais normas, passariam a serem classificadas como bruxas, malvadas, fatais, trapaceiras. Enfim, a obediência das normas concedia à mulher a potência do bem, e o descumprimento delas, por sua vez, a investia da potência do mal.<sup>9</sup>

Os papéis sociais e “naturais” referentes aos sexos eram legitimados pela essencialidade – além do estético – circunscrita aos espaços públicos e privados, cabendo aos homens a “criação”, dentro dos primeiros, e às mulheres a “pró-criação”, dentro dos segundos. Forjava-se, por esta forma, uma articulação discursiva sempre em oposições gendradas e repousadas, de um lado, sobre a “presença” “masculina” enquanto positividade – o público – e, em contrapartida, uma “não-presença” “feminina”, marcada pela negatividade – o privado.

Em oposições que se desdobram em sujeito/objeto, mente/corpo, cultura/natureza, inteligência/sensibilidade, razão/emoção, fica evidente a construção de um pólo positivo associado à autoridade do *logos*, onde o ser constitui-se como presença, e de um pólo negativo, marcado pela não-presença do ser (NAVARRO; SCHMIDT, 2007, p. 90).

<sup>9</sup> Comentando a visão profundamente sexuada da história, proposta por Michelet sobre o século XIX, Michelle Perrot (2006, p. 173) pondera que: “Profundamente ambivalente, o princípio feminino deve ser respeitado. Tanto que a natureza feminina tem dois polos: um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como o sangue, negro como o diabo, maléfico”.

Essa análise cairia em uma simplificação se não levasse em conta a problematização das oposições binárias entre público e privado, pois, no momento em que o espaço familiar (casa/privado) é transformado em uma atividade rentável (pensionato/público), aberto a uma clientela rotativa capaz de pagar pelos serviços domésticos (alimentação, moradia, lavanderia, entre outros), a mulher passa a experienciar novas relações socioculturais e econômicas no interior do espaço familiar, agora público, dentro do espaço do pensionato, outrora privado. Em outras palavras, as condições exógenas abrem possibilidades para que as mulheres buscassem novas oportunidades de renda, flexibilizando, inclusive, a relação público/privado, uma vez que o novo contexto transformou a casa em pensionato e denunciou o caráter histórico das relações de poder que se estabelecem entre os sexos: como resposta a essa nova necessidade econômica imposta pela sociedade capitalista, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de “controle-repressão”, mas de “controle-estimulação” (FOUCAULT, 2006, p. 147). A “nova” sociedade capitalista apregoa a ideia de que é preciso “estimular” as ações empreendedoras, independentes do sexo, ao passo que, estrategicamente, combina essa mesma “estimulação” sob os auspícios da tutela “masculina”. Ora, o que está por detrás desse “encorajamento” empreendedor e, por extensão, financeiro, é justamente o seu controle. Anima-se a ação empreendedora sem, necessariamente, abandonar a divisão sexual do trabalho e seus espaços de atuação: público e privado.

Nesse espaço público, em que a casa é transformada em pensionato, as relações de poder tornam-se ainda mais explícitas. A rigor, podemos verificar uma significativa presença “feminina” na gerência do negócio, uma vez que 87,5% dos empreendimentos pesquisados são administrados por mulheres. Não obstante, o fato de 100% das atividades domésticas realizadas no pensionato serem desenvolvidas por mulheres é um indício de que, ainda hoje, há a permanência de determinados papéis sociais distribuídos e executados segundo os sexos, algo que historicamente é referendado pelo discurso falocrático. A ideologia sexista, neste caso, é tão ubíqua que muitas mulheres parecem “aceitar” os imperativos discursivos

do gênero “masculino” como aquele cuja referência sugere uma divisão sexual do trabalho, e este, por sua vez, acompanha a distribuição dos afazeres de acordo com os espaços público e privado.

Outro aspecto interessante observado é que 87,5% dos estabelecimentos que foram apreciados são administrados por mulheres que não contam com nenhum apoio “masculino”. A capacidade empreendedora dessas mulheres torna-se evidente no momento em que 87,5% dos empreendimentos analisados não recebem nenhum suporte técnico ao longo de sua organização e posterior gerenciamento. Soma-se a isso o fato de que 75% das proprietárias dos pensionatos não tinham outra fonte de renda no momento em que iniciaram os seus negócios. Esta última sentença é denunciadora de que  $\frac{3}{4}$  dessas atividades empreendedoras foram motivadas por uma necessidade de renda, haja vista que a busca da sobrevivência obriga a várias pessoas buscarem novas oportunidades em meio ao turbilhão de uma crise.

No município de Vitória da Conquista, o suporte técnico e as linhas de financiamentos destinados para as pessoas que investem no ramo de pensionato mostram-se deficientes, seja na oferta de crédito seja na divulgação de informações a respeito da sua possível existência, pois, como mencionado anteriormente, 87,5% dos empreendimentos pesquisados não contaram com nenhuma forma de assessoria administrativa. Por conta disso, fomos noticiados de que o capital destinado para a abertura desses empreendimentos foi oriundo de empréstimos familiares (12,5%), ou de economias pessoais (75%). Tais dados evidenciam os constantes obstáculos que as mulheres tiveram de superar no momento em que decidiram lutar por um espaço no mercado de trabalho. Somam-se a esses obstáculos de ordem técnica e financeira os oriundos de hábitos culturais, posto que 25% das mulheres entrevistadas informaram que membros de sua família demonstraram-se reticentes quando elas decidiram levar a frente o empreendimento. Os espaços público/privado, que antes eram bem demarcados, passaram a se confundir, problematizados a partir de uma confluência. Voltar-se para a diferença binária entre público/privado é, conseqüentemente,

estabelecer essa relação com a oposição macho/fêmea, em que o público é visto positivamente como “masculino”, e o privado negativamente como “feminino”. Uma pergunta, todavia, passa a ser motivada por esse raciocínio: Se, por um lado, a demarcação da “cartografia do doméstico” ocupa-se de uma subordinação frente à “cartografia do público”, a obedecer uma certa hierarquia, como pensar essa nova “cartografia do pensionato” já que as fronteiras do público e privado se promiscuem? Seria embaraçoso, para não dizer ingênuo, tentar solucionar a equação desse problema sem levar em conta que, mesmo admitindo a dificuldade da solução, a divisão sexual do trabalho permanece inabalada segundo os gêneros “masculino” e “feminino”.

Pensando na instabilidade que cerca o imaginário coletivo das mulheres entrevistadas, uma vez que o discurso falocrático busca desenhar estereótipos “femininos” sob as rubricas de frágeis e inabilidosas para questões tidas como públicas, foi possível averiguar que 75% das mulheres que administram esse espaço complexo, que é o pensionato, afirmaram já ter pensado em desistir do empreendimento. Essa desconfiança em relação à possibilidade em “administrar” um empreendimento faz parte de uma herança discursiva e cultural que apregoa a mulher como ser frágil e que, por sua vez, obriga a presença de um homem para o cumprimento “viril” das atividades públicas e administrativas. Em outras palavras, a resistência em se reconhecer a mulher como “administradora” não se deve, apenas, às imagens reproduzidas pelo discurso misógino da impossibilidade de administrar, mas, também, pela vigência de critérios valorativos que apresentam um déficit da mulher em relação à “natureza masculina”, ou seja, a mulher não conseguiria administrar um empreendimento de qualidade, justamente por não se enquadrar em um esquema “masculino”, uma vez que suas qualidades administrativas jamais poderiam se cristalizar no chamado “estilo viril” e competitivo dos negócios. Assim, a sua pretensa “natureza” de “fêmea” só poderia inclinar-se para a administração da “casa”, único ambiente permitido e que, por extensão, viria a coroá-la com o título de “rainha do lar”.

São vários os estudos – principalmente aqueles que se propõem a pensar o empreendedorismo sob o viés dos estudos de gênero – que reafirmam, pois, e sem qualquer tipo de problematização, que a racionalidade, a objetividade, a independência, a agressividade e a dominação são traços de homens, de uma “masculinidade” de estilo “viril” e que a irracionalidade, a emoção, a sensibilidade e o cuidado são traços caracterizadores de mulheres, do universo “feminino”. Por conta disso, pensamos em alargar as possibilidades de análise concentrando-se em algo que, a primeira vista, soaria como irrelevante, mas que, para nós, ganha novos contornos principalmente por trazer um traço revelador e estratégico de uma “solidariedade de mulheres”. Trata-se do epíteto “familiar”. A palavra “familiar” qualifica o substantivo “pensionato”,<sup>10</sup> não de modo essencial para o seu sentido, mas como ornato de engrandecimento da ideia de pensionato.

As mulheres empreendedoras, donas dos pensionatos, têm consciência de que o uso do adjetivo “familiar” aproxima e atrai uma clientela específica. Serão os pais, mais precisamente as mães, que estarão à procura de um ambiente saudável, higiênico e confortável para “abrigar” sua prole durante o tempo em que estiverem cursando a universidade. Estreitar os laços entre cliente (as mães) e a proprietária (a dona do pensionato) requer uma estratégia dissimuladora da própria condição de gênero, por meio de uma espécie de “cumplicidade” de mulheres. Lançar mão do epíteto “familiar” é, a um só tempo, saber jogar e negociar com os *scripts* de gênero. Atrai-se, conseqüentemente, aquela que irá custear – ou talvez aquela que irá verificar a qualidade do ambiente para que o marido custeie – os serviços do pensionato, para que sua prole venha sentir-se em casa, ou melhor, em “casa de família”.

A clientela “mãe/filho(a)”<sup>11</sup> exige uma nova tomada de decisão dessas nossas bandeirantes do empreendedorismo no ramo de pensionatos. A mãe devotada e o(a) filho(a) bem amado(a), serão o adubo e a semente do futuro empreendimento. Tradicionalmente presa

<sup>10</sup> Todos os pensionatos analisados trazem em seu ornamento a seguinte alcunha: “Pensionato Familiar”.

<sup>11</sup> Quem goza dos serviços do pensionato são os filhos, mas quem custeia são os pais, ao passo de que quem procura são as mães.

ao serviço do marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-á, repentinamente, elevada à categoria de mediadora entre os filhos e a educação. É a partir daí que as mães irão buscar um “segundo lar” para os seus filhos habitarem durante o período de aulas. Noticiadas dessa necessidade das mães que moram em outras localidades de encontrarem um ambiente propício para os seus filhos e, entretantes, codificando uma nova oportunidade de negócio, muitas mulheres lançarão mão da estratégia de engendrar o epíteto “familiar” para atrair uma nova clientela em potencial para o pensionato. Tais considerações levam-nos a pensar que se trata de um empreendedorismo de mulheres para mulheres.

Ao analisarmos a trajetória dessas mulheres que administram os empreendimentos pesquisados, podemos constatar uma luta permanente pela inserção no mercado de trabalho, pois 62,5% das entrevistadas tinham outra atividade remunerada antes de abrir o seu próprio negócio. Essas atividades variavam desde o magistério, costura, comércio e instituição bancária. Por um lado, as duas primeiras atividades trabalhistas seguem os *scripts* de uma convenção assinalada pelo *lôcus* de gênero; por outro, há um claro deslocamento dessa convenção normativa, assinalando outras possibilidades de trabalho, outrora vedadas ao gênero “feminino” e franqueadas, apenas, ao gênero “masculino”. Outro traço das relações de gênero merece, aqui, ser averiguado mais detidamente. Uma das entrevistadas era proprietária de um comércio de roupas denominado “Adão e Eva”. Tal dado pode parecer, a princípio, irrelevante. No entanto, como parte integrante dos estudos de gênero, alicerçada em uma metodologia que busca privilegiar os indícios, as pistas e os detalhes, ele é extremamente importante e revelador, uma vez que evidencia e exemplifica a continuidade dos pares opostos na divisão dos lugares sociais destinados ao “homem” e a “mulher”. Ora, Adão e Eva formam um par oposto da religião cristã ocidental, haja vista que o primeiro termo (Adão/homem) está ligado à positividade da criação divina, enquanto o segundo (Eva/mulher) está relacionado à negatividade, ao pecado responsável pela decadência da humanidade.

Diante desses dados, o que se verifica no ramo de pensionato em Vitória da Conquista é que as mulheres, ao se tornarem donas do próprio negócio – seja por necessidade de complementação de sua renda familiar, seja por satisfação pessoal, *hobby*, ou seja ainda por terem identificado uma oportunidade de negócio –, têm-se destacado como empreendedoras, passando de meros objetos de contemplação, a sujeitos históricos capazes de promover significativas transformações não apenas no cenário sociocultural, mas, sobretudo, no atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e desafiador.

### **Considerações finais**

Ao término deste estudo, para além de havermos respondido as questões que emolduraram o nosso raciocínio, acreditamos ter trazido a lume, de forma visível ou tangencial, a expressão da oportunidade “capturada” por mulheres que souberam negociar com uma condição histórica de opressão, fazendo da “casa-prisão” a sua “casa-negócio”. O nosso estudo é parte integrante de um repertório maior, embora bem diversificado, de um contradiscurso que soube jogar e negociar muito bem com os fundamentos discursivos de uma perspectiva misógina.

Na consecução de tal objetivo, alicerçada na burla, essas mulheres empreendedoras, ao seu tempo, souberam questionar a própria “imanência feminina” e o seu “ideal de feminilidade”. A destabilização desses ideais permite a essas empreendedoras traçar novas possibilidades para outras mulheres que também não se encaixam nesse horizonte paradigmático e opressor, que exclui as diferenças em prol de certa homogeneidade do que se convencionou chamar de “feminino”.

Precisamente, essas mulheres resistem ao “modelo feminino” patriarcal, observando certas invenções discursivas na pujante necessidade de invertê-las. Assim, as imagens do “eterno feminino”, do “belo sexo”, do “sexo frágil”, da “rainha do lar”, passam a ser flexibilizadas, abaladas e, de certa forma, desconstruídas mediante a perspectiva de outras mulheres. Há muito tempo desenhadas sob os imperativos textuais dos homens, que

as prendiam em potencialidades arquetípicas boas e/ou más, o “anjo/monstro”, as mulheres passaram a empunhar a “caneta” – símbolo de um objeto fálico –, pô-la em riste, para serem “donas” de seu próprio negócio, das suas atividades administrativas.

A presente leitura centrou-se, ainda, no jogo dissimulado presente na suposta postura “bem comportada” sobre as alterações do “comportamento feminino”, que foram por aqui interpretadas como um ardil, um subterfúgio recorrente na prática de resistência encetada por essas mulheres. O trajeto analítico levou-nos a perceber como essas mulheres empreendedoras negociavam com os valores estabelecidos pela cultura patriarcal dominante, que viam nas demandas emancipatórias feministas uma ameaça aos valores homogêneos estabelecidos pela família patriarcal burguesa.

Ao contrário de vários estudos que buscam privilegiar certo *continuum*, a presente análise enfocou a ruptura, na tentativa de incorporar a noção de *subjetivação* – implícita nas entrelinhas do próprio trabalho –, buscando encontrar as formas através das quais as próprias mulheres participaram de sua construção enquanto sujeitos morais, seja aceitando, burlando, incorporando ou apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais, sexuais e, acima de tudo, profissionais.

## Referências

BARON, R. A.; SHANE, S. A. *Empreendedorismo: uma visão do processo*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CHELL, E.; BAINES, S. Does gender affect business performance? A study of microbusiness in business service in the UK. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 12, p. 195-215, 2000.

DRUCKER, P. F. *Inovação e espírito empreendedor*. São Paulo: Pioneira, 1987.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração de Empresas da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 34, p. 05-28, abr./jun. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Babson College, Babson Park, MA, United States, p. 1-85, 2012.

GOMES, Almiralva F. *Mulheres empreendedoras*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2006.

LIMA, Iracema Oliveira. *Autonomia universitária controlada: o político e o jurídico-institucional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos, 2008.

LOPES, Roberto Paulo Machado. *Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MATOS, M. Izilda S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 67-75, 1998.

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 99-105, 1998.

MOREIRA, Nadilza Martins de B. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

NAVARRO, Márcia H.; SCHMIDT, Rita. T. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A MULHER, GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2., 2007, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Cir Gráfica e Editora, 2007. p. 85-96.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. O corpo e a alma do mundo: a micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 179-190, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: LIMA, Cláudia; SCHIMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. p. 43-66.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, Eleieth I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely (Org.). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

\_\_\_\_\_. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.

*Recebido em: junho de 2013*

*Aprovado em: outubro de 2013*